



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 19 - dezembro de 2017

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2017i19p111-129>

**Livros do Brasil e a edição de romances brasileiros em Portugal nos
anos 1940**

**Livros do Brasil publishing house and the edition of Brazilian novels in
Portugal in the 1940s**

*Thiago Mio Salla**

RESUMO

Enquanto esforço de historiografia literária e editorial, o presente artigo tem como objetivo lançar luz sobre as edições portuguesas de romances brasileiros realizadas pela editora Livros do Brasil, casa fundada em Lisboa, em 1944, por António de Sousa Pinto. A partir da recuperação de fontes primárias (com destaque para cartas e contratos), examinam-se, sobretudo, as negociações travadas entre Sousa Pinto e José Olympio no que diz respeito à edição, em Portugal, de títulos de dois importantes autores de nossa chamada geração de 1930: José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Mais especificamente, recupera-se o embate travado entre a atitude interventiva do editor luso, que defendia a necessidade de se ajustar o texto das obras de ambos os escritores à variante europeia do idioma, de modo a aproximá-las do leitorado português, e a recusa inicial dos romancistas, que exigiam o respeito estrito aos “brasileirismos” por eles empregados.

PALAVRAS-CHAVE: Livros do Brasil; António de Sousa Pinto; José Lins do Rego; Rachel de Queiroz; José Olympio

ABSTRACT

As an effort of literary and editorial historiography, the present article deals with the Portuguese editions of Brazilian novels by the publishing company Livros do Brasil, a house founded in Lisbon, in 1944, by António de Sousa Pinto. Based on the recovery of primary sources, this article mainly examines the negotiations between Sousa Pinto and José Olympio regarding the publication in Portugal of the titles of two prominent authors of the so-called Brazilian generation of 1930's: José Lins do Rego and Rachel de Queiroz. More specifically, this paper recovers the clash between the interventionist attitude of Sousa Pinto, who defended the need to adjust the texts of both writers to the European variety of the Portuguese language, in order to bring them closer to the

* Universidade de São Paulo – USP; Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – São Paulo – SP – Brasil – thiagosalla@usp.br



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 19 - dezembro de 2017

Portuguese readership, and the initial rejection of the novelists, who demanded the strict observance of the “Bazilianity” employed by them. .

KEYWORDS: Livros do Brasil; António de Sousa Pinto; José Lins do Rego; Rachel de Queiroz; José Olympio

Em “A Revolução de 1930 e a cultura”, Antonio Candido (2006) assinala que todo o fervor e o florescimento cultural catalisados pelo movimento de outubro de 1930 repercutiram intensamente na indústria editorial brasileira. Tanto o formato quanto o conteúdo das obras passaram por um processo de renovação e nacionalização, cujo resultado teria alçado nosso livro à condição de instrumento da “[...] cultura mais viva do país” (CANDIDO, 2006, p. 232). Todavia, o impacto desse crescimento exponencial não se circunscreveu apenas a nosso próprio país. No transcorrer da década de 1930, *paripassu* aos esforços de divulgação de José Osório de Oliveira e de outros brasilianistas (ANDRADE, 1993, p. 242-246; 1972, p. 165-168), o livro brasileiro expandiu-se pelo mercado português. Muito em função da queda na taxa de câmbio do mil-réis¹ e da maior oferta de títulos, excepcionalmente o produto nacional passava a ser atrativo na antiga metrópole, o que favoreceu a divulgação por lá não só de escritores brasileiros, como também das traduções de autores estrangeiros, sobretudo de norte-americanos, feitas por aqui (BARROS, 1936).

Observa-se, a partir de então, o início do processo de inversão da influência tipográfica entre Brasil e Portugal: este passava de exportador a importador de livros em seu comércio com aquele (MEDEIROS, 2011, p. 180). Nesse contexto, o romance brasileiro de 1930, com destaque sobretudo para os nomes de Erico Verissimo, Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, começou a apresentar grande ressonância entre a intelectualidade portuguesa, servindo de combustível para os debates então travados entre neorrealistas e presencistas a respeito da função social da arte (BUENO, 2009, p. 134). Em chave crítica, o poeta José Régio chega a salientar que, devido ao excesso de oferta, a literatura brasileira se convertera numa espécie de “modismo” em Portugal, no final dos anos 1930 (RÉGIO, 1939, p. 152).

1 António de Sousa Pinto e a Livros do Brasil

Esse panorama favorável à expansão atlântica de nossa indústria livreira, entretanto, muda completamente de figura ao longo dos anos 1940. Conforme lembra Hallewell, os custos de importação e, sobretudo, a não desvalorização do cruzeiro depois da guerra “[...] fizeram com que, por uma década, o preço dos livros brasileiros

¹ “Entre maio de 1930 e outubro de 1931, seu valor em escudos caiu de 2\$40 para 1\$50; agora os livros brasileiros deixavam de ser caros em Portugal e podiam facilmente concorrer com o produto local” (HALLEWELL, 2005, p. 357).

ficasse totalmente fora das possibilidades do mercado português” (HALLEWELL, 2005, p. 361). Contudo, em virtude da forte presença de nosso produto em Portugal ao longo da década de 1930, associada à favorável acolhida e à farta divulgação de nossos autores nas revistas e jornais lusitanos, alguns de nossos prosadores continuavam a ter boa recepção por lá.

Num contexto de diversificação e revitalização do campo editorial em terras portuguesas (MEDEIROS, 2010, p. 131-137), António de Sousa Pinto soube identificar tal demanda e, em 9 de junho de 1944, depois de adquirir aquela que fora a filial da Civilização Brasileira em Lisboa, juntamente com Joaquim de Sousa Pinto, abre a Livros do Brasil (2010, p. 173). De início, a jovem empresa apresentava-se como “[...] importadora e distribuidora do livro brasileiro, com representação exclusiva para Portugal e colônias de um conjunto de editoras brasileiras, e exportadora do livro português, para além de editora” (MEDEIROS, 2011, p. 190).

Todavia, para executar sua missão de divulgar o livro brasileiro em Portugal e, assim, atender à demanda em torno de nosso produto por lá, logo António Sousa Pinto chega à conclusão de que se mostrava mais vantajoso economicamente editar e imprimir títulos de escritores do “país irmão” em Lisboa. Para a consecução de tal atividade, ele lança a série “Livros do Brasil”, em cujo primeiro volume, *Olhai os lírios do campo*, de Erico Verissimo, há uma nota prévia na qual se especificam os objetivos e as razões da guinada editorial levada a cabo pela empresa:

A firma Livros do Brasil, Ltda., cuja ação editorial tem sido orientada de um modo especialmente fiel à sua designação – pela divulgação do livro brasileiro em Portugal –, reconheceu, ao cabo de alguns anos de esforço, que a sua iniciativa era dificultada e prejudicada pelas sempre crescentes despesas de importação, extraordinariamente agravadas pela diferença cambial entre os dois países. O livro brasileiro, importado, torna-se hoje dificilmente acessível ao público português, dadas as sobrecargas que o oneram e que não encontram compensação no nosso nível de vida. Por outras palavras: é impraticável uma larga divulgação em Portugal de livros de autores brasileiros editados no país irmão em vista das inevitáveis diferenças de preços. / Ora, a firma Livros do Brasil, Ltda., impôs-se, em primeiro lugar, uma missão de divulgação cultural. Entende que o livro não pode ser luxo de raros, mas sim matéria acessível a toda a gente. / Perante este problema, uma questão resultou da experiência da sua atividade. Como tornar acessíveis ao público português as obras-primas da literatura brasileira, contemporânea ou não, que tanto enriquecem o património da língua portuguesa? / A solução encontra-se, embora com sacrifício imediato, num acordo com as grandes editoras do Brasil. Mas, correspondendo, assim, ao seu plano inicial, de que não quer afastar-se, espera encontrar também compensação no acolhimento que o

nosso público tem dado sempre às suas edições e que, com mais razão ainda, continuará a dar-lhe de futuro. / Nessa conformidade, Livros do Brasil, Ltda., inicia com o presente volume uma coleção das obras mais representativas da literatura brasileira contemporânea – romances, ensaios, novelas, crítica – na certeza de que, editando-as no nosso País, as irá revelando sucessivamente ao público português em condições mais acessíveis às suas possibilidades. (OBJETIVO, s. d.).

Desse modo, na medida em que as “[...] crescentes despesas de importação, extraordinariamente agravadas pela diferença cambial entre os dois países [...]”, tornavam o livro brasileiro “[...] dificilmente acessível ao público português [...]”, Sousa Pinto dava início à edição, em terras lusitanas, das “[...] obras mais representativas da literatura brasileira contemporânea [...]”. Para a realização dessa nova empreitada, o editor se vale de sua experiência pregressa no Rio de Janeiro à frente de duas casas livrarias dedicadas ao intercâmbio literário e editorial entre Portugal e Brasil: a Livros de Portugal e a Dois Mundos. Enquanto a primeira se propunha a “[...] renovar o gosto, quase perdido, do público brasileiro pela leitura das obras-primas da literatura portuguesa [...]” (CORTESÃO, 1943, p. I)², a segunda colocava-se como uma espécie de ponte intelectual entre as duas nações, ecoando a política atlântica pactuada entre Vargas e Salazar por meio do acordo cultural de 1941 (DOCUMENTOS, 1942, p. 180-182)³.

A princípio, a Livros do Brasil investe, sobretudo, em edições portuguesas de obras de Erico Verissimo. Entre a primeira dúzia de lançamentos promovida por tal empresa, há oito títulos do escritor gaúcho: além da referida *Olhai os lírios do campo*, obra que abre a coleção Livros do Brasil, têm-se *Saga*, *Caminhos cruzados*, *Um lugar ao sol*, *A volta do gato preto*, *Clarissa*, *Música ao longe* e *Gato preto em campo de*

² Sediada na cidade do Rio de Janeiro, a Livros de Portugal surge em 1941 como resultado de uma parceria entre Pedro de Andrade, Américo Fraga e António de Sousa Pinto. Sob a direção deste último, além de casa publicadora, a empresa ainda atuava como livraria e como distribuidora do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal. Em termos editoriais, seu maior empreendimento pode ser associado à coleção “Clássicos e Contemporâneos”, dirigida pelo renomado intelectual Jaime Cortesão. Em linhas gerais, tal série se propunha a oferecer “ao público brasileiro e, mais largamente, aos estudiosos das Américas, um quadro, tanto quanto possível, representativo da cultura portuguesa nas suas relações com o Brasil” (CORTESÃO, 1943, p. I.).

³ Antes de dar início às atividades da Livros do Brasil em Portugal, Sousa Pinto, ainda no Rio de Janeiro, em 1942, cria a editora Dois Mundos. Tal empreendimento, também sob a direção intelectual de Jaime Cortesão, apresentava-se diretamente conectado à Livros de Portugal: aquela compartilhava com esta a coleção “Clássicos e Contemporâneos” (não apenas o nome da série, mas também os títulos publicados), bem como o próprio aspecto gráfico dos volumes, estratégia que reforçava a identidade visual entre a Dois Mundos e a Livros de Portugal e permitia a Sousa Pinto reduzir os custos de produção (MEDEIROS, 2015). Conforme indica seu próprio nome, a editora Dois Mundos construiu um catálogo marcado também por obras que ressaltavam o intercâmbio atlântico e o passado comum compartilhado pelo Brasil e por sua antiga metrópole.

neve. Entre os 12 primeiros livros colocados no mercado luso por Sousa Pinto, há ainda a peça *Deus lhe pague*, de Joracy Camargo, uma coletânea de contos de Machado de Assis e dois romances de Jorge Amado: *Terras do Sem Fim e Jubiabá*.

Segundo afiança Flávio Loureiro Chaves, as edições portuguesas de Erico Verissimo realizadas pela Livros do Brasil obtiveram amplo sucesso. Apenas até o ano de 1950, as 10 obras do autor gaúcho então lançadas por Sousa Pinto⁴ totalizaram quase 50 mil exemplares colocados em circulação em Portugal continental e nas colônias lusas (CHAVES, 1972, p. XXIII-XXIV). *Olhai os lírios do campo*, por exemplo, em apenas quatro anos, chegava a sua terceira edição lusitana (1946, 1948 e 1949), com uma tiragem média de 2800 exemplares por edição. Em carta de janeiro de 1949 enviada a José Olympio, Sousa Pinto destacava que, sem exagero, “[...] depois de termos lançado Erico Verissimo em edições portuguesas, ele é hoje o romancista de língua portuguesa mais lido em Portugal” (PINTO, 1949b)⁵. Tal êxito teria perdurado pelas décadas seguintes: até 1971, a Livros do Brasil havia vendido cerca de 150 mil exemplares das obras do romancista brasileiro e feito uma subcedência de direitos de *Clarissa* à Editorial Verbo, válida para uma tiragem de 100 mil unidades (CHAVES, 1972, p. XXIII-XXV).

Diferentemente do que ocorrera com Verissimo, a obra de Jorge Amado foi inquisitorialmente proibida pela PIDE, o que retardou o sucesso editorial do autor baiano em terras lusitanas. Em 1949, o romance *Jubiabá*, lançado pela Livros do Brasil em edição portuguesa no ano anterior, não teve a publicação autorizada, pois continha “[...] várias passagens de aspecto pornográfico e, principalmente, inconvenientíssima propaganda da mística comunista” (CHAVES, 1949). Dois anos depois, *Terras do Sem Fim*, o outro livro de Jorge Amado editado por Sousa Pinto, também sofrerá com a censura. Segundo o major encarregado de avaliar o romance, este promovia “homenagens comunistas” (Jorge Amado dedicara *Terras do Sem Fim* ao compositor russo Dmitri Shostakovich) (SANTOS, 1951). Muito provavelmente em função de tais adversidades, só em 1970 a Livros do Brasil voltaria a publicar um novo trabalho do romancista nordestino⁶.

⁴ Além dos oito livros indicados acima, tem-se ainda *O resto é silêncio* e *O tempo e o vento*, ambos publicados pela Livros do Brasil no ano de 1949.

⁵ O não registro do número de página nesta referência bem como em algumas outras apresentadas a seguir deve-se ao fato de que se citam, em tais casos, documentos inéditos e não paginados, com destaque para correspondências e relatórios de censura.

⁶ Trata-se de uma edição conjunta dos três primeiros livros de Jorge Amado: *País do carnaval*, *Cacau* e *Suor* (Coleção Livros do Brasil, vol. 77).

2 Livros do Brasil, José Olympio e a variante portuguesa do idioma

Para a edição de Erico Verissimo e Jorge Amado em Portugal, é certo que António de Sousa Pinto chegou a entendimentos e a um acordo comercial com os editores de tais autores cá no Brasil, isto é, à época, com Henrique Bertaso, da Editora Globo do Rio Grande do Sul, e com José de Barros Martins, da Martins Editora, respectivamente. Tal informação é o que se pode depreender, por analogia, da proposta de inclusão na “Coleção Livros do Brasil” dos livros *Eurídice*, de José Lins do Rego, e *As três Marias*, de Rachel de Queiroz, endereçada por Sousa Pinto a José Olympio em janeiro de 1949:

Estamos interessados em incluir na nossa “Coleção Livros do Brasil” os nomes de Rachel de Queiroz e José Lins do Rego, que são seus editados. Nestas condições vimos propor-lhe, a exemplo do que já fazemos com outras editoras brasileiras, uma edição de *Eurídice* e *As três Marias*, nas seguintes condições:

- a) Edição de 2800/3000 exemplares (200 exemplares para ofertas e crítica) de cada um destes livros.
- b) Pagamento de 10% para o autor e 5% para o editor.
- c) A liquidação dos direitos autorais para um e outro será feita da seguinte forma: 50% no acto da assinatura e os restantes 50% 90 dias depois de o livro ser posto à venda.
- d) No verso do frontispício será impressa a seguinte nota “Edição feita de acordo com a Livraria José Olympio Editora – Rio de Janeiro – Brasil”.
- e) Estes livros devem ter o preço aproximado de 30\$00. (PINTO, 1949a).

Em resposta, o editor brasileiro aceita de imediato a proposta de Sousa Pinto, uma vez que ela lhe renderia o pagamento de 5% sobre uma tiragem de 2.800 exemplares. Segundo José Olympio, não seria admissível concordar com edições portuguesas de autores lançados no Brasil por sua casa sem que esta última pudesse obter de tal empreendimento alguma vantagem financeira. A referida percentagem cobriria o risco inicialmente assumido por Olympio em editar autores que, naquele momento, já se consagravam como “verdadeiros sucessos” e, por isso mesmo, apresentavam-se como escolhas “fáceis” para a “Coleção Livros do Brasil” de Sousa Pinto. Olympio exigia apenas que o contrato estabelecesse uma cláusula na qual se dizia

que os exemplares em questão só poderiam circular em “Portugal e Colônias” e que as obras de José Lins do Rego e Rachel de Queiroz deveriam ser publicadas na íntegra; “nenhuma alteração poderá ser feita no seu texto” (OLYMPIO, 1949a).

Na continuidade de tal diálogo missivístico, Sousa Pinto se diz plenamente de acordo com o seu colega brasileiro quanto à necessidade de se compensarem os riscos assumidos pelo editor: “Apesar de, por vezes, os autores nos considerarem uma espécie de parasitas que vivem à sombra do seu esforço mental, a verdade é que o editor arrisca dinheiros que nem sempre são reembolsados” (PINTO, 1949b). Todavia, adverte que nem sempre um sucesso editorial no Brasil corresponderia a vendagens expressivas, em Portugal, de uma eventual edição lusa da mesma obra. Haveria, assim, outras variáveis em jogo que também faziam arriscado o empreendimento da Livros do Brasil.

Diante disso, com o objetivo de tornar o produto brasileiro mais atrativo ao mercado lusitano, Sousa Pinto indicava que era preciso ajustar o texto dos romances de José Lins do Rego e Rachel de Queiroz à variante europeia do português. E, para persuadir tais autores a tanto, o editor luso encaminha-lhes uma carta anônima recebida por ele depois do início da “Coleção Livros do Brasil”. Tal documento, assinado apenas por “um português bibliófilo”, sugere a necessidade de alterações em palavras, expressões e construções presentes nos romances brasileiros com o propósito de facilitar a difusão destes em Portugal. Tome-se o texto:

Exmo. Senhor:

[...] Lembro-lhe a conveniência que haveria para a grande massa de leitores portugueses, de nas edições portuguesas de autores brasileiros, como são as da sua colecção “Livros do Brasil”, se porem em português de Portugal todas as expressões, salvo aquelas das personagens tipicamente populares, assim como a sintaxe de todas as frases do discurso, quer directo, quer indirecto. / Desse modo há várias palavras e expressões brasileiras que o público português não compreende bem. Por exemplo: quantos de nós, sobretudo os das províncias, saberão o que é bonde, trem, guri, e tantas outras particularidades brasileiras? Não seria melhor, nas edições portuguesas, colocar os pronomes e as frases ao uso de cá? / Acredito que tais alterações não desagradariam ao grande escritor brasileiro Erico Verissimo que tanto sucesso está a obter entre nós, e que ainda poderia ter mais larga divulgação se fosse mais acessível aos usos de cá. Ainda por outro lado há nas obras de Verissimo termos regionais que nem todo o brasileiro, julgo eu, compreenderia. Que será coxilha? Que será pitar um cigarro? Que será afobação? / Não acha V. Exa. que é melhor dar mais universalidade aos romances do grande mestre brasileiro, universalidade, aliás, que está na substância dos seus livros? [...].

Um Português Bibliófilo (UM PORTUGUÊS, s. d.).

Segundo Sousa Pinto, Jorge Amado e Erico Verissimo teriam concordado com as sugestões expressas em tal missiva, concedendo-lhe, assim, autorização para intervir em seus romances publicados pela Livros do Brasil. Não contente em anunciar o consentimento dos dois prosadores brasileiros quanto a essa questão, o editor português chega a transcrever o trecho de uma carta do autor de *Clarissa*, na qual este último explicitava sua concordância com o leitor anônimo, embora considerasse estranho um gaúcho rio-grandense falar como um português:

Quanto aos termos regionalistas, minha opinião é a de que eles não são muitos, de sorte que não se justifica acréscimo dum glossário no fim de cada romance. Em todo o caso se V. acha que é conveniente acrescentar notas elucidativas ao pé das páginas, pode fazê-lo. Quanto ao fato de aparecerem livros meus com algumas alterações, declaro que isso não tem a menor importância; o que é essencial é que meus livros sejam lidos, entendidos e, se não for pedir muito, apreciados pelo público português (VERISSIMO, 1949).

Percebe-se, portanto, que Erico Verissimo não ligava muita importância às alterações propostas, uma vez que seu principal interesse seria o de ampliar as possibilidades de leitura de sua obra em Portugal. Outra, contudo, foi a postura adotada pelos romancistas José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Ambos negaram a sétima cláusula do contrato a eles proposto pela Livros do Brasil, a qual estabelecia o seguinte:

O editor português espera que os autores dos citados romances levem em conta a vantagem que para ambas as partes haveria em introduzir-se no texto dessas obras certas alterações nas expressões (salvo, naturalmente, aquelas do discurso), colocação de pronomes e as construções com gerúndio. (CONTRATO, 1949a).

Na versão corrigida do documento de acordo entre as partes encaminhada a Sousa Pinto por José Olympio, tem-se: “Nenhuma alteração poderá ser feita no texto das obras, que deverá ser rigorosamente mantido pelo editor português de acordo com a edição brasileira” (CONTRATO, 1949b).

Pouco mais de uma semana depois, Sousa Pinto diz-se surpreendido com a restrição que lhe fora imposta, pois, ao advogar em favor da realização de “ligeiras alterações” no léxico e na sintaxe das obras de José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, seu objetivo seria tão somente o de destiná-las ao “chamado grande público”, e não apenas às camadas mais cultas, que há muito já conheceriam “[...] os primores da

literatura brasileira, nas edições originais” (PINTO, 1949c). A seus olhos, revelava-se extremamente vantajoso proporcionar a fatias mais amplas do leitorado português “[...] um texto de harmonia com as tradições linguísticas locais [...]” (PINTO, 1949c), em ajustamento idiomático que, ainda por cima, não alteraria o pensamento dos romancistas em questão nem mesmo as formas pitorescas de dizer por eles propostas, uma vez que manteria intactos os trechos em discurso direto.

Confiante de que tais argumentos seriam aceitos por José Lins do Rego e Rachel de Queiroz “[...] visto que todos nós desejamos tornar os escritores brasileiros tão comuns em Portugal como se portugueses fossem [...]” (PINTO, 1949c)] e como a resposta de José Olympio demorara a chegar, Sousa Pinto deu início à edição de *Eurídice* já com modificações no texto originalmente publicado pela José Olympio em 1947. E, tendo em vista que a composição e a impressão do livro já se encontravam prontas quando o editor português recebe as restrições vindas do outro lado do Atlântico, ele se põe a listar as “inofensivas alterações” realizadas e pede que o romancista paraibano as avalie. Em caso de recusa por parte deste, todo o trabalho dispendido pela Livros do Brasil na referida obra deveria ser inutilizado.

Para se ter uma dimensão mais concreta do ajustamento linguístico promovido pela Livros do Brasil, tome-se a lista das modificações introduzidas na primeira edição portuguesa de *Eurídice* em relação à edição brasileira da mesma obra lançada pela José Olympio em 1947:

- a) Deslocação dos pronomes (em certos casos): ex. Cap. 11 – “Não posso me esquecer” na edição brasileira. “Não posso esquecer-me” na nossa edição.
- b) Substituição de três termos não usados em Portugal:
 - Terno por fato;
 - Trem por comboio;
 - Bonde por eléctrico.

Além destas alterações e da harmonização da ortografia com as determinações do Acordo Luso-brasileiro, de Outubro de 1946, unicamente se fizeram as modificações que vamos enumerar:

Pag. 35 – “Estava em compras” – para “a fazer compras”.

Pag. 44 – “Este velho esconde” – para “oculta”. (O verbo esconder, em linguagem popular, passou a significar a inversão sexual... Por isso o substituímos, quando em tal acepção podia maldosamente tomar-se).

Pag. 45 – “Não era o primeiro homem que encontrava a *esconder*.” (De harmonia com a observação acima.)

Pag. 57 – “A morte me vinha” – para “vinha até mim”. A forma reflexa do verbo vir significa, em Portugal, o espasmo venéreo. Cf. Cândido de Figueiredo.

- Pag. 59 – “me arrumasse para sair” – para “preparasse”.
- Pag. 68 – “um bate-boca” – para “uma discussão”
- Pag. 91 – “E logo me vinha” – para “me assaltava”. (De harmonia com a observação acima.)
- Pag. 94 – “Quem estivesse em ataque” – para “com um ataque”
- Pag. 95 – “Guarda do nosso raio” – para “da nossa secção” (Na prisão).
- Pag. 113 – “Não sou mais” – para “Já não sou”.
- Pag. 140 – “Só faziam dormir” – para “Só dormiam” (Em Portugal, a frase significaria que produziam sono a quem os ouvisse – o que o autor não pretendia dizer).
- Pag. 156 – “Na quase escuridão, vinha-me” – para “chegava-me”.
- Pag. 157 – “Avançava sobre os contendores com deboches” para “ditos trocistas”. (Em Portugal, o vocábulo tem apenas a acepção do francês *débauche*, de que deriva. Cf. Cândido Figueiredo. Tomado nessa acepção, no local em questão, seria atroz...)
- Pag. 185 – “as suas formas apareceram até as coxas” – para “as suas pernas”. (Devido ao que mais adiante se diz e repete, pareceu-nos que se tratava de uma gralha tipográfica.) (PINTO, 1949c; realces feitos por Sousa Pinto)⁷.

De fato, como se pode perceber, não se tratava de “alterações inofensivas”, mas sim de uma espécie de tradução da variante brasileira do idioma (vista de modo genérico, sem suas especificidades geográficas, históricas, sociais, contextuais etc.) para a variante portuguesa. Se, por um lado, o texto despido de “brasileirismos” mais aparentes parecia se aproximar do público lusitano, por outro, afastava-se da especificidade linguístico-literária do polo emissor, isto é, da prosa de José Lins do Rego. Em linhas gerais, nesse processo, os propósitos econômicos e comerciais do editor sobrepunham-se à dimensão artística do romance, por mais que Sousa Pinto enfatizasse que os “nadas de linguagem” por ele propostos não prejudicariam a “beleza imarcescível” das páginas de *Eurídice*.

Apenas para não criar dificuldades para Sousa Pinto, visto que o livro já se encontrava impresso, José Lins do Rego aceita as alterações realizadas pelo editor português, com a condição de que tais intromissões não se repetissem na futura edição de seus outros livros (OLYMPIO, 1949b). Aparentemente, o desencontro inicial entre o editor português e o autor brasileiro e a concessão que este último teve de fazer no caso de *Eurídice* não melindraram a relação entre um e outro, tanto que, em seguida, os

⁷ Quando se coteja, ponto por ponto, a primeira edição de *Eurídice* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1947) com a edição da obra realizada pela Livros do Brasil em 1949, podem-se observar todas essas alterações aqui listadas por Sousa Pinto.

demais romances de José Lins do Rego passaram a ser publicados pela Livros do Brasil⁸.

No caso de Rachel de Queiroz, cuja obra *As três Marias*, ao contrário de *Eurídice*, de José Lins do Rego, ainda não havia entrado no fluxo editorial da Livros do Brasil, a relação estabelecida com o editor português se deu de modo diferente. Ela manifestou forte divergência e recusa direta às intervenções textuais propostas por este. Em crônica publicada na revista *O Cruzeiro*, em 10 de setembro de 1955, a romancista de *O quinze*, depois de citar o trecho de uma nova missiva que teria recebido de um “ilustre editor português” (ela não explicita o nome de Sousa Pinto, mas obviamente se refere a ele), passa a justificar sua negativa às condições propostas:

Não me venha dizer que em Portugal não entendem o que escrevemos. E, fosse esse o caso, bastaria a aposição de um glossário no fim de cada livro para resolver as dúvidas. Mas o que se propõe é outra coisa: é correção, é conserto de pronomes, é a revisão do caçanje brasileiro que fere o bom ouvido peninsular. / Acontece entretanto, meu caro amigo, que esse caçanje, que esses pronomes mal postos, que essa língua que lhes revolta o ouvido, é a nossa língua, é o nosso modo normal de expressão, é – ousado dizer – a nossa língua literária e artística. Já não temos outra e, voltar ao modelo inflexível da fala de Portugal, seria para nós, a esta altura, uma contrafação impossível e ridícula. (QUEIROZ, 1955, p. 114).

Rachel de Queiroz faz uma associação direta entre a especificidade da variante brasileira do português e a língua literária então utilizada por nossos escritores. Desse modo, marca a postura de que, ao reclamar o direito e o respeito à diferença linguística, estava reivindicando o direito e o respeito à diferença artística (SARAIVA, 2004, p. 53). Longe de simplesmente tornar seu texto mais acessível a eventuais leitores portugueses, os ajustes à variante lusitana produziram “[...] uma contrafação impossível e ridícula”. Melhor seria lançar mão de outras estratégias editoriais como o uso de glossários, que se, por um lado, quebrariam a continuidade da leitura, por outro, não promoveriam “grotescos” remendos e mutilações.

Consciente do caráter multifacetado da língua em uso no seio das diferentes comunidades de fala e, em específico, das variações no âmbito do próprio português brasileiro, Rachel de Queiroz, a título de exemplo, pede para que se compare um texto

⁸ Em sequência, foram lançados por parte de Sousa Pinto: *Pureza, Fogo Morto, Cangaceiros, Banguê, Pedra Bonita, Menino de Engenho e Doidinho* (edição conjunta), *O Moleque Ricardo, Água-Mãe, Usina e Riacho Doce*. Em carta de 28 de janeiro, o editor português já havia sinalizado que sua intenção seria “editar a obra completa de José Lins. Evidentemente que *Eurídice* é só para principiar” (PINTO, 1949b).

de Simões Lopes Neto com um de José Lins do Rego. Nesse processo, sem que fosse preciso cruzar o Atlântico, já ficariam evidentes as diferenças no vocabulário e na sintaxe que separariam os dois artistas. “Mas ousaria um editor do Norte ou do Sul propor alterações nas páginas do paraibano para que o entendessem os gaúchos, ou nas do gaúcho para que o entendessem os paraibanos?” (QUEIROZ, 1955, p. 114). Portanto, a heterogeneidade linguístico-literária como meio de aproximação cultural e a integridade e harmonia das obras editadas deveriam vir em primeiro plano.

Rachel de Queiroz manteve a firmeza de tal postura, e uma edição portuguesa de suas obras aconteceu tão somente nos anos 1970, quando a Livros do Brasil reuniu, num único volume, três romances da escritora: *O quinze*, *João Miguel* e *As três Marias*⁹. Assim, a proposta inicial de publicar individualmente tão somente esta última obra, feita em 1949, teria ficado para trás. E, no novo acordo estabelecido entre Rachel e Sousa Pinto, conforme aponta Maria Aparecida Ribeiro, o dono da Livros do Brasil, aparentemente, teria cedido. Ao examinar a referida edição portuguesa dos três romances da autora¹⁰, Ribeiro verificou que o volume não trazia alterações lexicais, mas, por outro lado, nele abundam ajustes na ortografia (RIBEIRO, 2013). Ela ainda detecta uma ou outra mudança na colocação pronominal, mas não é capaz de asseverar se o uso da ênclise no lugar da próclise seria um erro do tipógrafo ou uma concessão feita pela autora ao editor.

3 José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Lima Barreto

A atitude linguisticamente interventiva de Sousa Pinto quando da edição portuguesa de obras de destacados romancistas brasileiros de 1930 não seria um caso isolado no transcurso do intercâmbio literário e editorial entre Portugal e Brasil. Em chave diacrônica, tal postura guarda paralelo com aquela adotada por António Maria Teixeira, exatos 40 anos antes, quando da publicação em terras lusitanas, por parte deste editor, das *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto.

Depois de ter alguns capítulos estampados em 1907, na *Revista Floreal*, periódico de curto fôlego dirigido pelo próprio Lima Barreto, *Recordações do escrivão*

⁹ Tratava-se do volume de número 83 da “Coleção Livros do Brasil”.

¹⁰ Em 1948, a José Olympio já havia lançado uma compilação com os três primeiros romances de Rachel de Queiroz: *O quinze* (1930), *João Miguel* (1932) e *Caminho de pedras* (1937). Na edição portuguesa, Sousa Pinto abdica da cronologia e, em lugar de *Caminho de pedras*, inclui *As três Marias* (1939), obra da autora que, inicialmente, como já se viu, pretendia editar.

Isaías Caminha ganhou sua primeira edição em 1909 pela Livraria Clássica Editora de António Maria Teixeira & Cia. No processo de preparação do texto, o editor lisboeta valeu-se dos préstimos do escritor Albino Forjaz de Sampaio. Conforme lembra Agripino Grieco em suas memórias, esse “furioso polemista” acabou por vernacularizar o romance, tornando “[...] lisboetas alguns vocábulos tipicamente cariocas da narração” (GRIECO, 1972, p. 96).

Em carta endereçada ao editor António Maria Teixeira, Lima Barreto agradece as intervenções feitas por Sampaio, mas não deixa de assinalar discordâncias pontuais em relação ao trabalho por este realizado:

Na pág. 46, quando se fala em Francisco Otaviano, penso que “altruísmo” não é próprio. Eu queria sobretudo aludir à sua graça, ao seu espírito ateniense; eram qualidades de inteligência e não morais que aquela palavra [aticismo] supõe.

Na pág. 53, eu teria deixado como está no original e muito menos teria trocado a frase – “de sensibilidade pronta a fatigar-se com o espetáculo familiar” – pela que está lá [O revisor substituíra por “pronto a fatigar-se com o espetáculo divino”]¹¹.

Na pág. 92, eu teria continuado a dizer: “o rolar dos veículos mais redondo e mais dissonante o ranger” etc. É uma impressão visual que se pode ter de um fenômeno acústico – coisa legítima, como o senhor sabe¹².

Na pág. 95, devia ser “sempre possuída” e não “sempre premidas”. / Além destes, há dois insignificantes: “perna” por “pena” (pág. 93) e “ruína” por “sina” (pág. 95) (BARRETO, 1956b, p. 175).

Os elementos assinalados por Lima Barreto revelam um escritor, embora estreante, já com pleno domínio dos efeitos de sentido pretendidos por seu texto e atento, sobretudo, aos compartimentos da semântica e da sintaxe da língua¹³. Apesar disso, percebe-se que o escritor carioca não se manifesta quanto à supressão de brasileirismos, chegando, na verdade, a agradecer a Sampaio o fato de ter escoimado o texto de “[...] desleixos de linguagem [...]” e realizado “[...] modificações felizes e inteligentes [...]”, que mostrariam “[...] o carinho e a simpatia com que foi tratado [...]” o *Isaías Caminha* por parte do revisor português. Todavia, sabe-se que Lima Barreto, na

¹¹ O comentário entre colchetes encontra-se em BARBOSA, 1964, p. 161.

¹² Na primeira edição, está “o rolar dos veículos e mais dissonante, o ranger...”. (BARRETO, 1909, p. 92).

¹³ Das observações de Lima Barreto à revisão feita por Albino de Forjaz Sampaio, o editor português acatou somente alterar os gatos e gralhas que, aparentemente, não resultariam em modificações na disposição das linhas. Assim, considerando-se especificamente o trecho aqui transcrito da carta de Lima Barreto a António Maria Teixeira, a primeira edição de *Isaías Caminha* contraria a vontade do autor nas páginas 53 e 92 (BARRETO, 1909).

segunda edição do romance, procura restabelecer o texto original tal qual Caminha lhe teria enviado (BARRETO, 1956a, p. 39).

Imagina-se que, na condição de escritor estreante, ansioso por ver seu primeiro romance publicado¹⁴, Lima Barreto aceita de bom grado as intervenções realizadas por Albino Forjaz de Sampaio, e, apenas na segunda edição, de 1917, procura restituir o texto, aparentemente, à versão original. Em outras palavras, ainda sem capital artístico para impor sua vontade autoral diante do editor português, Lima Barreto satisfazia-se em ter seu primeiro livro à mão e utilizá-lo como “[...] prova aos que o olhavam com desdém e lhe ridicularizaram as pretensões literárias” (BARBOSA, 1964, p. 164).

Obviamente eram outras as condições da edição da obra de José Lins do Rego em Portugal na segunda metade dos 1940. Nesse momento, tem-se não a publicação, mas a republicação em terras lusitanas do bem-sucedido autor paraibano, que recebera do editor português a percentagem de 10% sobre uma tiragem de 2.800 exemplares de *Eurídice*, livro cuja primeira edição no Brasil saiu com uma tiragem de 16 milheiros. Além disso, tal período corresponde a um momento de consolidação tanto do romance de 1930 quanto da indústria brasileira do livro, depois do *boom* editorial da década anterior, que se prolongou, por sua vez, ao longo do período referente à Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, em 1909, tem-se a estreia de Lima Barreto, num momento em que, considerando-se as limitações de nosso mercado livresco, as perspectivas editoriais para os jovens letrados revelavam-se reduzidas, e Portugal afigurava-se a eles como possibilidade de viabilizarem a publicação de suas obras (HALLEWELL, 2005, p. 263). A negociação entre as partes também se revelava outra. Ainda desconhecido, Lima Barreto teve de ceder gratuitamente seus direitos autorais ao editor luso, bem como se contentar apenas com o recebimento de 50 exemplares grátis da edição.

Independentemente das especificidades de um e outro contextos históricos, o que os aproxima é a atitude interventiva dos editores portugueses ante as especificidades linguístico-literárias da variante brasileira do idioma, seja como meio de ajustamento desta ao padrão lusitano tido como supostamente superior, seja como parte de uma estratégia de maior aproximação do leitorado de nossa antiga metrópole. De todo modo,

¹⁴ Depois de rever as provas dos capítulos que o editor português lhe enviara, Lima Barreto ficou quatro meses sem ter quaisquer notícias do romance. Tal silêncio o enchera de angústia, e ele chegou a cogitar que António Maria Teixeira havia desistido de editar as *Recordações do escrivão Isaiás Caminha* (BARRETO, 1956b, p. 176). No entanto, tratava-se de temor infundado do escritor principiante. Ao final do ano de 1909, ele recebia “os primeiros exemplares da brochura de pouco mais de trezentas páginas, envolta numa capa cor de vinho” (1956b, p. 164).

ao reconhecerem diferenças e divergências, os homens do livro de Portugal aqui destacados (sobretudo no caso de Sousa Pinto) tomavam os “brasileirismos” como barreiras que se interpunham ao efetivo trânsito literário e editorial entre as duas nações.

Conclusão em terreno minado

Como se pode perceber, as emendas propostas por um Sousa Pinto não se reduziriam a uma leitura unidirecional. Rachel de Queiroz tratou de deixar isso ainda mais explícito. Se entre os anos 1940 e 1950, como já visto, ela se recusava veementemente a aceitar as alterações supostamente “inofensivas” sugeridas pelo editor da Livros do Brasil, tachando-as de mutilações à integridade artística de seu texto, nos anos 1990, mais ao final da vida, revê seu posicionamento: “Eles, lá, têm todo o direito de só levar aos prelos o que lhes parecer suficientemente audível e legível. Hoje, com a idade e o melhor juízo, claro que eu permitiria as ‘correções’, que na verdade seriam uma forma elementar de ‘traduções’” (QUEIROZ, 2002, p. 257). Assim, em tom contemporizador, a autora passava a preconizar a versão da “língua brasileira” para o português lusitano como meio de contornar o fosso existente entre os leitores de lá e de cá.

Na recuperação e exame do caso em questão, caminha-se, por conseguinte, sobre um fio de navalha em que adaptações editoriais no âmbito do mesmo idioma, em atendimento a demandas culturais e comerciais diversas, oscilariam entre um meio de aproximação e uma forma de violência. Nesse confronto entre o direito à diferença e a tentativa de remediação dela, avultam os embates entre autores brasileiros e editores portugueses diante das disparidades existentes entre os usos linguísticos deste e do outro lado do Atlântico. Portanto, em meio a tal mar de dissimetrias, as artes da escrita e da publicação de livros, entre traços específicos e gerais, enfrentam e deixam entrever limites e possibilidades de compreensão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. de. Literatura nacional. In: _____. *O empalhador de passarinho*. 3. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972, p. 165-168.

_____. Portugal. In: _____. *Vida literária*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993, p. 242-246.

BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 3. ed. definitiva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

BARRETO, L. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de António Maria Teixeira & Cia, 1909.

_____. Breve notícia. In: _____. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956a, p. 39-43.

_____. *Correspondência*. 2 tomos. São Paulo: Brasiliense, tomo 1, 1956b.

BARROS, J. de. *Palavras ao Brasil: discursos*. Rio de Janeiro: A Noite S.A., 1936, p. 33-51.

BUENO, L. O romance brasileiro de 30 na imprensa periódica portuguesa (1935-1945). *Cadernos de Pesquisa em Literatura* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUC-RS, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 131-136, mar. 2009.

CANDIDO, A. *A educação pela noite*. 5. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHAVES, F. L. *O contador de histórias* – 40 anos de vida literária de Erico Verissimo. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

CHAVES, Major J. Relatório n. 4132 relativo à censura ao livro *Jubiabá* de Jorge Amado. Lisboa, 27 jul. 1949. Torre do Tombo, Arquivo do SNI, Direção dos Serviços de Censura, 35, 8, 4132, m0311.

CONTRATO – Livros do Brasil. Lisboa, 28 jan. 1949a. Coleção José Olympio, sem localização, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CONTRATO – José Olympio. Rio de Janeiro, 15 mar. 1949b. Coleção José Olympio, sem localização, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CORTESÃO, J. Objetivo e plano da “Coleção Clássicos e Contemporâneos”. In: CAMINHA, P. V. *A carta de Pero Vaz Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

DOCUMENTOS – Acordo Cultural Luso-Brasileiro. *Atlântico: Revista Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 1, p. 180-182, 23 maio 1942.

GRIECO, A. *Memórias*. Rio de Janeiro: Conquista, v. 2, 1972.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.

MEDEIROS, N. *Edição e editores* – o mundo do livro em Portugal, 1940-1970. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

_____. Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses. *História*, São Paulo, v. 30, n. 2, p.179-195, ago./dez. 2011.

_____. From seashore to seashore: the cross-Atlantic agenda of the publisher António de Sousa Pinto. *Portuguese Studies*, Londres, v. 31, n. 1, p. 85-86, 2015.

OBJETIVO da Coleção Livros do Brasil. In: VERISSIMO, E. *Olhai os lírios do campo*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d., s. p. (Livros do Brasil, v. 1).

OLYMPPIO, J. Carta a António de Sousa Pinto. Lisboa, 18 jan. 1949a. Coleção José Olympio, localização 79, 01, 002, n. 0054, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. Carta a António de Sousa Pinto. Lisboa, 5 abr. 1949b. Coleção José Olympio, localização 79, 01, 002, n. 051, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

PINTO, A. de S. Carta a José Olympio. Lisboa, 8 jan. 1949a. Coleção José Olympio, localização 79, 01, 002, n. 0008, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. Carta a José Olympio. Lisboa, 28 jan. 1949b. Coleção José Olympio, sem localização, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. Carta a José Olympio. Lisboa, 23 mar. 1949c. Coleção José Olympio, localização 79, 01, 001, n. 070, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

QUEIROZ, R. de. Carta de um editor português. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 48, p. 114, 10 set. 1955.

_____. *O quinze, João Miguel e As três Marias*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d. (Coleção Livros do Brasil, vol. 83).

_____. *Falso mar, falso mundo*. São Paulo: Arx, 2002.

RÉGIO, J. Cartas intemporais do nosso tempo – a um moço camarada sobre qualquer possível influência do romance brasileiro na literatura portuguesa – I. *Seara Nova*, Lisboa, n. 608, 8 abr. 1939.

REGO, J. L. do. *Eurídice*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. *Eurídice*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d. (Coleção Livros do Brasil, vol. 13).

RIBEIRO, M. A. A sertaneja que não quis ser traduzida: Rachel de Queiroz e a Livros do Brasil. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 53, p. 13-26, jan./jun. 2013. Disponível em: [<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/207/162>]. Acesso em: 17 ago. 2017.

SANTOS, Major D. dos. Relatório n. 4660 relativo à censura do livro *Terras do Sem Fim* de Jorge Amado. Lisboa, 26 nov. 1951. Torre do Tombo, Arquivo do SNI, Direção dos Serviços de Censura, 35, 5, 4660, m0364.

SARAIVA, A. *Modernismo brasileiro e modernismo português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

UM PORTUGUÊS Bibliófilo. Carta a Livros do Brasil. s. l., s. d. Coleção José Olympio, localização 79, 01, 002, n. 0055, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

VERISSIMO, E. Carta a António de Sousa Pinto. Apud PINTO, A. de S. Carta a José Olympio. Lisboa, 28 jan. 1949. Coleção José Olympio, sem localização, Acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Data de submissão: 14/06/2017

Data de aprovação: 11/08/2017